

Contribuições das memórias inscritas na paisagem da Pedra do Sal para a construção de geografias negras enquanto prática educativa decolonial.

Caio Camilo da Silva¹, Odilon Augusto Rêgo de Lima²,

¹ Graduando em Licenciatura Plena em Geografia UERJ - FFP,
caiocamilogeo22@outlook.com, São Gonçalo, Rio de Janeiro - Brasil.

¹ Graduando em Licenciatura Plena em Geografia UERJ - FFP, odilon.lima6@gmail.com,
São Gonçalo, Rio de Janeiro - Brasil.

Resumo

Este artigo analisa a Pedra do Sal e a região da Pequena África, no Rio de Janeiro, como territórios negros e lugares de memória fundamentais para a diáspora africana. Frente às históricas políticas de apagamento urbano e processos contemporâneos de gentrificação, o espaço revela-se um campo de tensões onde o racismo estrutural se materializa. A pesquisa investiga como as memórias inscritas na paisagem contribuem para a construção de geografias negras e propõe o seu uso como prática educativa decolonial e antirracista, em consonância com a Lei 10.639/2003. Metodologicamente, o estudo centraliza o trabalho de campo crítico como instrumento emancipatório para a descolonização do olhar, afastando-se de análises exclusivamente bibliográficas. Os resultados indicam que elementos da paisagem, como as rodas de samba, os grafites e a presença do quilombo urbano, configuram táticas de "r-existência" que confrontam a invisibilidade. Conclui-se que a vivência empírica nesses territórios consolida a Pedra do Sal não apenas como um repositório histórico, mas como um dispositivo pedagógico ativo na disputa epistemológica e na releitura crítica da sociedade brasileira.

Palavras-chave: Trabalho de Campo Educação Antirracista. Memória. Geografias Negras. Pedra do Sal.

INTRODUÇÃO

A região portuária da cidade do Rio de Janeiro, em especial a área batizada por Heitor dos Prazeres como Pequena África (Saúde, Gamboa e Santo Cristo), constitui um território negro de profunda relevância para a diáspora africana no Brasil. A Pedra do Sal destaca-se não apenas pelo seu valor pretérito como ponto de desembarque e encontro de estivadores, mas por sua vitalidade no presente como um quilombo urbano (Figura 1).

O local consolida-se como um verdadeiro "lugar de memória", transcendendo sua dimensão física para afirmar-se como espaço simbólico de resistência e ancestralidade frente às ameaças contemporâneas de turistificação acrítica e gentrificação (Figura 2). É um território que desafia a narrativa eurocêntrica dominante e exige a reinterpretação da história urbana.

Nesse sentido, o objetivo central deste artigo é analisar a paisagem através do trabalho de campo, na Pedra do Sal, podendo constituir-se como a formação e preservação de memórias que produz práticas educativas emancipatórias, capazes de combater a anti negritude e o racismo espacial.

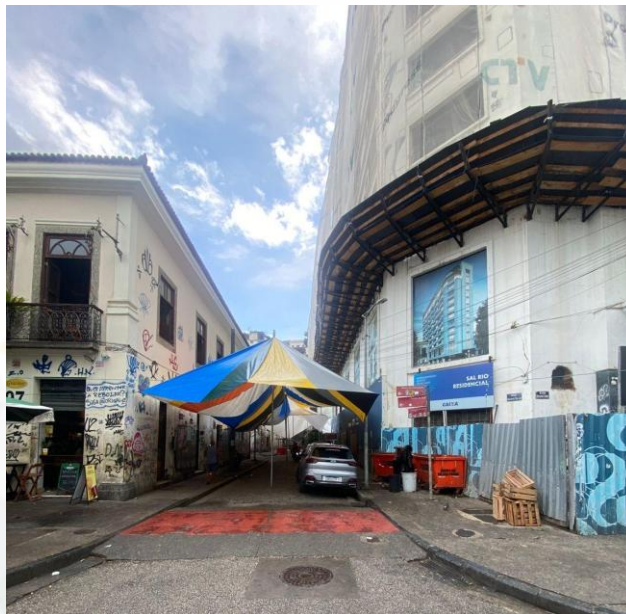
A premissa que orienta esta investigação é a de que a vivência direta nesses territórios permite aos estudantes e cidadãos lerem na paisagem as marcas indelévels da escravidão e, simultaneamente, as estratégias de sobrevivência e protagonismo do povo Negro, transformando o espaço urbano abstrato em um lugar repleto de significados e valores. Dessa forma, a pesquisa busca contribuir para o fortalecimento da cidadania crítica, demonstrando que o reconhecimento e a valorização dos lugares de memória afro-brasileira são atos de reparação histórica e justiça social, essenciais para a construção de um futuro alicerçado na equidade e no respeito à pluralidade cultural.



Figura 1: Pedra do Sal de Antigamente



Figura 2: Espaços ocupados pela população



Fonte: Silva, 2026

A Pedra do Sal como Lugar de Memória e Território Negro

A análise da Pedra do Sal e da Pequena África exige a superação da visão puramente geométrica do espaço urbano, reconhecendo-o como produto social e histórico. Nesse sentido, o conceito de "lugar de memória" (Nora, 1993) é uma chave analítica fundamental. Para o autor, esses lugares emergem quando a memória espontânea se esvai, exigindo um esforço deliberado de preservação identitária. A Pedra do Sal encarna essa materialidade simbólica frente às seculares políticas oficiais de apagamento e higienização da herança africana no Rio de Janeiro.

Avançando para a dimensão geográfica, a área configura-se como um verdadeiro "território negro". Partindo da premissa de Santos (1996) de que o espaço é um conjunto indissociável de sistemas de objetos e ações, impregnado por contradições e lutas de classes, a Pedra do Sal revela-se um território dinâmico, forjado pela apropriação e ressignificação contínua da população afrodescendente.

A Espacialização do Racismo: Apagamento Histórico e Controle Territorial

na

Pequena África. A materialidade da cidade não é um cenário neutro, mas ativamente moldada por estruturas de poder. Como argumenta Almeida (2019), o racismo atua como uma tecnologia de organização social que, ao ser transposta para a escala urbana, espacializa-se. Ele determina o direito à centralidade e à memória visível, relegando a população negra à precarização e refletindo um projeto político de dominação.

Na zona portuária carioca, essa engrenagem de controle socioespacial é histórica. Como Santos, Silva e Silva (2017), o Estado inventou a população negra como um "problema espacial", consolidando o branqueamento do território. Contra a antinegitude e o "capitalismo territorial" (Oliveira, 2025), a resistência na Pedra do Sal assume a forma de disputa pelo direito ao passado e projeção do futuro (Cavalcanti, 2019). Portanto, ler o espaço criticamente, como um campo de batalhas onde a supremacia branca dita fronteiras, mas as táticas de reexistência reescrevem a cartografia da cidade, é um requisito inegociável para a proposição de práticas educativas emancipatórias na região.

Educação Antirracista e a descolonização do Saber através do Território

A transição da análise espacial para o campo pedagógico exige o reconhecimento de que a educação, historicamente reprodutora do racismo epistêmico eurocêntrico, é também o terreno fértil para a formulação de novas consciências cidadãs. A perspectiva de uma educação antirracista consolida-se legalmente com a Lei 10.639/2003, fruto de décadas de mobilização. Como argumenta Gomes (2017), o Movimento Negro atua como um "sujeito pedagógico" produtor de saberes emancipatórios. A efetivação dessa diretriz exige o reconhecimento do protagonismo negro na construção da nação, alçando a população negra à condição de criadora de tecnologias e resistências, abandonando a narrativa passiva restrita à escravização (Silva, 2004).

Ao integrar o trabalho de campo à metodologia atende aos anseios de uma pedagogia crítica decolonial, alinhada à educação como "prática da liberdade" (hooks, 2019). Nesse sentido, debater essa região é uma prática emancipatória de combate à anti negritude e ao

capitalismo territorial (Oliveira, 2025). Ao compreender como o Estado e o capital imobiliário atuam para a gentrificação de áreas de herança negra, o estudante desenvolve uma alfabetização espacial

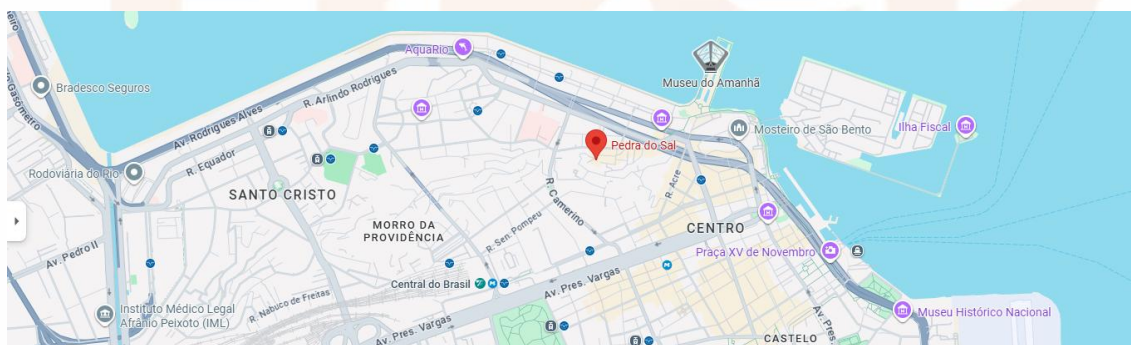
crítica. Ele passa a ler a cidade não como um cenário estático, mas como um campo de forças onde o apagamento da memória serve a interesses econômicos precisos.

Centralidade da Pedra do Sal

A compreensão da Pedra do Sal exige uma imersão na formação geo histórica da região portuária do Rio de Janeiro. (Figura 3), essa área consolidou-se desde o período colonial e imperial como o principal ponto de desembarque e comercialização de africanos escravizados nas Américas. Com o fim oficial do tráfico e, posteriormente, a abolição da escravidão, a região não perdeu sua característica de aglomeração negra.

Dentro desse polígono de memórias, a Pedra do Sal assume uma centralidade inquestionável, do ponto de vista geográfico.

Figura 3: Localização da Pedra do Sal



Fonte: Google Maps, 2026

Historicamente, o local era banhado pelas águas da Baía de Guanabara antes dos sucessivos aterros da região portuária, servindo como ponto de atracação para embarcações que descarregam o sal importado de Portugal. Esse trabalho árduo era realizado quase exclusivamente por mãos negras, criando no entorno da pedra uma forte comunidade de estivadores e trabalhadores braçais.

O reconhecimento da Pedra do Sal como quilombo urbano pela Fundação Palmares transcende a clássica ideia de refúgio rural. Na atualidade, a categoria designa um espaço de

resistência e afirmação identitária cravado na malha urbana, onde descendentes mantêm laços de pertencimento e práticas culturais em meio à metrópole capitalista.

A dimensão cultural do local é indissociável de sua vocação geo-histórica. Reverenciada como berço do samba urbano carioca, a Pedra do Sal atualiza sua herança por meio de rodas de samba que misturam o lúdico ao sagrado, mantendo profunda conexão com as religiões de matriz africana. Somada à paisagem sonora, a arte urbana do entorno atua como suporte pedagógico e político. Grafites e murais estampam rostos de líderes negros, divindades e mensagens de orgulho racial, contrapondo-se à estética higienista e eurocêntrica da arquitetura colonial.

Apesar de sua riqueza, o território encontra-se no epicentro de uma complexa disputa. O projeto Porto Maravilha opera sob a lógica das cidades globais, promovendo requalificação e gentrificação. Como evidencia Alves (2022), a intervenção estatal e privada tende a mercantilizar a memória da escravidão e a cultura da diáspora para o turismo internacional. Esse processo engendra um branqueamento sutil calcado na inviabilidade econômica da permanência dos antigos moradores e na pasteurização das manifestações culturais para um público elitizado.

Em contraposição a essa mercantilização, emergem as táticas de "r-existência" (Silva, 2023) protagonizadas por movimentos sociais, moradores e guias independentes. Essa prática não significa apenas suportar a opressão, mas criar ativamente maneiras de reconfigurar o espaço hegemônico. A materialização dessa r-existência ocorre, por exemplo, quando guias locais conduzem grupos escolares narrando a história a partir da perspectiva do escravizado, ou quando a comunidade se articula contra a privatização de espaços públicos no entorno.

Essa disputa constante corrobora a tese de que o tombamento oficial não garante, por si só, a preservação do sentido social original de um bem histórico. Como postula Cavalcanti

(2019), as memórias e esquecimentos produzidos na zona portuária são decisões políticas com impactos diretos no tecido social. Para a população negra, manter a Pedra do Sal como um território vivo e autogestionado é premissa básica para a reparação histórica. É a garantia de que a Pequena África não seja reduzida a um museu inerte, mas continue a existir como arena de luta pelo direito à cidade e pela centralidade da identidade afro-brasileira na narrativa urbana carioca.

Metodologia:: O Percurso e o Trabalho de Campo na Pedra do Sal

A metodologia adotada para a presente pesquisa fundamenta-se na premissa de que a compreensão das dinâmicas territoriais, históricas e raciais da região portuária do Rio de Janeiro exige uma articulação profunda entre o aporte teórico e a vivência empírica do espaço geográfico. Dessa forma, o estudo afasta-se de uma abordagem exclusivamente bibliográfica para assumir o trabalho de campo como o eixo central de sua construção epistemológica. A escolha por essa via metodológica justifica-se pela necessidade de ler a paisagem não como um cenário estático, mas como um texto social repleto de intencionalidades, rasuras e resistências. O percurso proposto na Pedra do Sal, constitui a materialização de uma práxis pedagógica e investigativa voltada para a descolonização do olhar.

O Trabalho de Campo como Prática Crítica e Instrumento Antirracista

No âmbito das ciências espaciais e humanas, o trabalho de campo possui longa tradição como laboratório empírico. Contudo, Alentejano e Rocha Leão (2006) alertam contra sua banalização, criticando a concepção da ida a campo como um mero passeio ilustrativo ou um "safári acadêmico", onde o pesquisador apenas coleta dados exóticos para confirmar teorias preconcebidas. Para superar essa perspectiva alienante, o campo deve ser estruturado como uma prática essencialmente crítica e problematizadora, exigindo planejamento prévio para desvendar as contradições sociais cristalizadas no espaço.

Essa visão é corroborada por Sacramento e Barroso (2019), que compreendem a atividade como uma ponte insubstituível entre o conhecimento abstrato, muitas vezes

confinado às salas de aula, e a concretude da realidade vivida. Se o trabalho de campo crítico já impõe uma ruptura com a passividade acadêmica, sua adoção em territórios da diáspora negra, como a Pedra do Sal, eleva a metodologia a um instrumento declaradamente antirracista. A efetivação da Lei 10.639/2003 encontra na vivência espacial uma de suas ferramentas mais potentes, pois a educação antirracista exige a retomada do território como suporte de memória e identidade, extrapolando a mera substituição de textos didáticos.

Como postula Oliveira (2025), debater e pesquisar a Pequena África constitui uma prática emancipatória de combate frontal à anti negritude, evidenciando que o racismo se materializa na

expropriação territorial. Nesse sentido, o percurso guiado pela zona portuária atua como um contramovimento de reinscrição de memórias invisibilizadas. Em diálogo com Bosi, compreende-se que a memória é socialmente construída e o lembrar é um ato ativo de reconstrução a partir das demandas do presente. A paisagem funciona como um arquivo vivo, preservando vestígios do sistema escravista, mas também das estratégias de sobrevivência e produção cultural negra, expressas nos grafites e nas rodas de samba.

O Trabalho de Campo e a Paisagem como Ativação da Memória

Para Dardel, a relação entre o ser humano e a Terra constitui a geograficidade, onde o espaço é uma dimensão fundamental da existência (2011). A paisagem emerge dessa relação sensível, sendo a manifestação concreta de como os grupos humanos interpretam o mundo. Ler a paisagem da Pedra do Sal significa, portanto, compreender formas de existência ali inscritas (grafites, rodas de samba e geomorfologia).

A paisagem é, simultaneamente, experiência individual e memória social. Ocultar ou evidenciar elementos visuais reflete as intencionalidades de setores hegemônicos. Trazer uma nova lente para a Pedra do Sal, como propõe Oliveira (2025) ao utilizar o campo como instrumento de combate ao racismo, é praticar a descolonização do imaginário espacial. O campo crítico tensiona a narrativa oficial, reescrevendo memórias marginalizadas.

Os Grafites como Disputa Visual

A paisagem resulta da articulação entre sistemas de objetos e de ações (SANTOS, 1996). Nesse contexto, Tartaglia (2015) destaca que os muros e espaços públicos possuem sentidos em constante disputa. O grafite reconfigura a paisagem urbana, evidenciando a busca por visibilidade de territorialidades marginais frente ao ordenamento visual hegemônico.

Na Pedra do Sal, o grafite é uma ferramenta para marcar território simbólico e afirmar pertencimento. Em diálogo com Butler (2015), tais intervenções configuram uma "aparição ética", convocando reconhecimento e inteligibilidade política. Ao estampar rostos de personalidades negras históricas, os grafites rompem o regime visual de apagamento e reafirmam identidades excluídas do campo do reconhecimento (Figuras 4 e 5).

Figura 4: Os Grafites na Pedra do Sal



Fonte: Silva, 2026

Figura 5: O Grafite da Conceição Evaristo



Fonte: Silva, 2026

A afirmação de Corrêa ilustra as táticas de r-existência frente às transformações da região portuária. Diferentemente da rocha ou das rodas de samba, a presença quilombola não se revela de modo visualmente evidente ao visitante, sendo demarcada por sinalizações pontuais (Figura 6).

Figura 6: Identificação do Quilombo da Pedra do Sal



Fonte: Silva, 2026

Rodas de Samba: Reterritorialização e Memória

Sorriso negro Ivone Lara (feat. Jorge Ben Jor)

"Negro é uma cor de respeito

Negro é inspiração

(...) Negro é a voz da verdade

Negro é destino, é amor"

(Lara, 1981).

A presença de ícones como Dona Ivone Lara na paisagem dialoga diretamente com a vivência musical do território. À primeira vista, a roda de samba pode parecer apenas um evento festivo. Contudo, sob a ótica geográfica, revela-se como uma profunda prática de territorialização. O som dos instrumentos e as vozes que ecoam sobre a pedra ressignificam a rocha e a escadaria, transformando o entorno em lugar de encontro .

Historicamente vinculada à formação do samba carioca nos redutos da Pequena África, essa prática articula dimensões festivas, religiosas e comunitárias (Sodré, 1998).

A roda contemporânea na Pedra do Sal atualiza heranças afro-brasileiras historicamente criminalizadas. Não se trata de uma simples performance, mas de um movimento que rompe limites simbólicos impostos pela divisão social da cidade.

REALIZAÇÃO:



UECE



AINPGP

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção deste artigo buscou modular uma nova concepção da Pedra do Sal, propondo referenciais que ultrapassam a leitura puramente estética ou descritiva do espaço. Compreendida como uma experiência vivida e carregada de afetos (Dardel, 2011), a paisagem revela-se um campo ativo de produção de memória e identidade. As rodas de samba, os grafites e a presença quilombola não são elementos isolados, mas expressões pulsantes de uma territorialidade negra que persiste e se reinventa na metrópole.

Nesse contexto, o trabalho de campo assume um papel central. Mais do que um instrumento metodológico, ele se constitui como uma prática crítica capaz de ativar memórias

silenciadas e de formar uma consciência espacial antirracista. Ao integrar essa vivência às metodologias educacionais, em estrita consonância com a Lei 10.639/2003, a paisagem converte-se em um poderoso dispositivo pedagógico. Dessa forma, a Pedra do Sal transcende a condição de repositório do passado para converter-se em um instrumento ativo de disputa política e epistemológica. É a compreensão profunda dessa territorialidade que fundamenta a urgência de integrá-la às metodologias educacionais, utilizando a materialidade da resistência negra como ponto de partida para uma releitura crítica da formação da sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. Racismo Estrutural. São Paulo: Pólen Livros, 2019.

ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo; ROCHA-LEÃO, Otávio Miguez. Trabalho de campo: uma ferramenta essencial para os geógrafos ou um instrumento banalizado? Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, n. 84, p. 51-67, 2006.

ALVES, Fillipe Alexandre Oliveira. Roteiros de memória: O papel dos guias de turismo na preservação da memória afrodescendente na Zona Portuária carioca. Novos Debates, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 1-22, 2022.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, 10 jan. 2003.

BOSI, Ecléa. Memória e sociedade: lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BUTLER, Judith. Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto? 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CAVALCANTI, Hannah da Cunha Tenório. Memória e esquecimento da Pequena África: conexões com a história, patrimônio e educação. Revista Latino-Americana de História, São Leopoldo, v. 8, n. 21, p. 109-126, 2019.

CORRÊA, Maíra Leal. Uma palavra da comunidade Pedra do Sal. In: Comunidade Quilombo Pedra do Sal. Belo Horizonte: FAFICH, 2016.

DARDEL, E. A geografia fenomenológica de Eric Dardel. In: O homem e a terra: natureza da realidade geográfica. São Paulo: Perspectiva, 2011.

GOMES, Nilma Lino. O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017.

HOOKS, Bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2019.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo, n. 10, p. 7-29, 1993.

OLIVEIRA, Denílson Araújo de. Geografias negras do genocídio negro brasileiro: enfrentamentos à antinegritude. 1. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2025.

RIO DE JANEIRO. Decreto 34.803, de 29 de novembro de 2011. Dispõe sobre a criação do Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana. Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 30 de novembro de 2011.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Renato Emerson dos; SILVA, Karoline Santos da; SILVA, Naiara do Carmo. Disputa de lugar e a Pequena África no Centro do Rio de Janeiro: reação ou ação? Resistência ou existência e protagonismo? In: Seminário Internacional de Urbanismo Biopolítico, 1, 2017, Belo Horizonte. Anais do Primeiro Seminário Internacional de Urbanismo Biopolítico. Belo Horizonte: UFMG, 2017

SILVA, Karoline Santos da. Circuitos negros: táticas de visibilização dos lugares de memória na Pequena África (RJ). In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL. Belém: ANPUR, 2023.

SODRÉ, Muniz. Samba, o dono do corpo. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

TARTAGLIA, L. R. S.. O visível e o invisível: paisagem urbana e arte pública. Élisée - Revista de Geografia da UEG, v. 4, p. 126-139, 2015.